

A “geração canguru” no Brasil*

Barbara Cobo^a
Ana Lucia Saboia^b

Palavras-chave: família; jovens; novas configurações

Resumo

“Geração canguru” é a denominação dada aos jovens na faixa etária de 25 a 34 anos, em média, que permanecem morando (ou retornaram a morar) com os pais por opção, mesmo tendo independência financeira. É considerado um fenômeno social recente e ainda pouco estudado, que traz mais insumos para o debate sobre as reconfigurações dos arranjos familiares. A decisão de morar com os pais pode se basear em justificativas e explicações diversas que envolvem desde questões financeiras (desemprego, custo habitacional), às questões psicológicas (comodismo, a chamada Síndrome de Peter Pan) e mesmo sociodemográficas (queda da taxa de fecundidade, aumento da idade ao casar, aumento do número de divórcios e separações conjugais), envolvendo diferentes graus de dependência econômica e familiar. Porém, a questão central que recai sobre essa nova “geração” é que a opção de morar com os pais é feita de forma voluntária, considerando que a maioria possui condições econômicas de se sustentarem e seguirem com “suas próprias pernas”. O presente artigo busca mensurar essa “geração Canguru” no Brasil e Regiões Metropolitanas e avaliar sua evolução e perfil ao longo da última década, a partir de uma *proxy* do conceito usando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para o ano 2008.

* Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

^a Coordenação de População e Indicadores Sociais/IBGE e Doutoranda em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

^b Coordenação de População e Indicadores Sociais/IBGE e Socióloga.

Colaborou no processamento de dados do presente artigo a consultora Monique Pinheiro Santos.

O IBGE está isento de qualquer responsabilidade pelas opiniões, informações, dados e conceitos emitidos neste artigo, que são de exclusiva responsabilidade do autor.

A “geração canguru” no Brasil*

Barbara Cobo^a
Ana Lucia Saboia^b

1. Introdução

As mudanças na configuração dos arranjos familiares são um fenômeno social observado ao longo dos últimos anos, mais frequentemente analisado pela ótica do aumento do número de pessoas morando sozinhas; da entrada da mulher no mercado de trabalho, que possibilita a elas uma participação diferenciada na vida familiar como provedoras além do papel de cuidadoras, com ou sem a presença de cônjuges; da queda na fecundidade e redução do número de filhos; e ainda, pela maior expectativa de vida e presença mais ativa dos idosos na vida familiar e social.

Entretanto, uma mudança mais sutil vem ocorrendo no interior das famílias no que se refere ao prolongamento da convivência familiar entre pais e filhos. Henriques et al. (2004) afirmam que a adolescência somente começou a ser vista como uma fase diferenciada a partir do início do século XX, sendo definida a partir do intervalo de 12 a 18 anos delimitado de acordo com rituais sociais e culturais vigentes. Atualmente, entretanto, os autores defendem que há uma grande indefinição de fronteiras e ausência de rituais de iniciação para a vida adulta, “o que vem ocasionando a protelação da sua consolidação e o conseqüente alargamento do seu tempo de duração”. Nesse sentido, “o término da adolescência se constitui como um processo complexo de individuação que envolve a separação das figuras parentais e a vivência concomitante dos lutos a elas referidos. (...) A consolidação dessa etapa, portanto, vem a ser um acontecimento vivido dentro da família, envolvendo todos os seus membros como atores principais

A decisão de morar com os pais pode se basear em justificativas e explicações diversas que envolvem desde questões financeiras (desemprego, custo habitacional), às questões psicológicas (comodismo, a chamada Síndrome de Peter Pan¹) e mesmo sociodemográficas (queda da taxa de fecundidade, aumento da idade ao casar, aumento do número de divórcios e separações conjugais), envolvendo diferentes graus de dependência econômica e familiar. Porém, a questão central que recai sobre a chamada “geração canguru” é que a opção de morar com os pais é feita de forma voluntária, considerando que a maioria possui condições econômicas de se sustentarem e seguírem com “suas próprias pernas”.

* Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

^a Coordenação de População e Indicadores Sociais/IBGE e Doutoranda em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Colaborou no processamento de dados do presente artigo a consultora Monique Pinheiro Santos.

^b Coordenação de População e Indicadores Sociais/IBGE e Socióloga.

O IBGE está isento de qualquer responsabilidade pelas opiniões, informações, dados e conceitos emitidos neste artigo, que são de exclusiva responsabilidade do autor.

¹ Filhos que se “recusam” a crescer evitando as responsabilidades de ser adulto.

Segundo Ramon (2008), o resultado dessa esticada na casa dos pais é o maior potencial para a formação de poupança em função da menor despesa com moradia. Embora esses jovens arquem com seus gastos pessoais (em parte ou na íntegra), boa parte dos seus rendimentos se direcionam a investimentos em ensino continuado (MBAs, pós-graduações, cursos), compra de imóvel e lazer de alto padrão. Pesquisa qualitativa realizada por Henriques et al. (2004) acrescentam ainda outros elementos à permanência desses jovens na casa dos pais: as escolhas profissionais sendo equacionadas não apenas pelas oportunidades de mercado; a permissão para o sexo dentro de casa; o conforto e o padrão de vida usufruídos na convivência familiar; o fechamento do grupo familiar relativamente ao sistema social, reproduzido em menor escala no isolamento dos próprios membros dentro de casa – alguns quartos dos jovens participantes da pesquisa eram quase apartamentos completos; o adiamento do casamento percebido nos dias atuais; as transformações dos compromissos afetivos entre os pares, transformações não sujeitas a tantas exigências e expectativas; e a dificuldade de separação entre pais e filhos. Em suma, moram na mesma casa dos pais mas seguem normas de adultos. Como resultado desse conjunto de fatores, o ato de “sair de casa”, como analogia à entrada no mundo adulto, é postergado.

Esse fenômeno vem sendo analisado em diversos países, mesmo aqueles onde culturalmente é forte o incentivo para os jovens saírem da casa dos pais e construírem suas próprias vidas fora do núcleo familiar original. Newman e Aptekar (2006), por exemplo, consideram a transição para a vida adulta nos Estados Unidos como umas das mais dramáticas mudanças no processo de independência e compararam a situação da sociedade americana com alguns países católicos da Europa Ocidental. Como os jovens estão se casando mais tarde (ou mesmo nem se casando) e com a fecundidade abaixo da reposição, as autoras acreditam que houve uma pressão para abrir as portas à imigração em países com pouca ou nenhuma história de incorporar os recém-chegados. Isso ocasionou mudanças nos padrões de formação das unidades domésticas com amplas implicações para as transferências intergeracionais e econômicas no contexto das diferentes políticas nacionais de apoio à velhice, proteção do mercado de trabalho, investimento nacional no ensino superior e os benefícios de cuidados infantis. Ainda segundo esse estudo comparativo, há países na Europa Ocidental onde mais de 50% dos homens com 30 anos ainda residem com seus pais, sem nunca ter saído de casa. Em outros, a idade da independência é consideravelmente mais jovem.

Os sociólogos que têm estudado esta questão nos Estados Unidos observaram ainda que uma mudança brusca no tempo da independência cria tensão com as novas gerações de adolescentes, “violando” as normas e as expectativas daqueles que vieram antes deles (Newman, 1993). A confusão resultante sobre quando, em termos normativos, é necessário fazer grandes transições da vida pode levar a preocupação generalizada sobre gerações com “defeito” que não respeitam as convenções sociais. A discussão da sociologia americana em relação ao comportamento “canguru” é que, uma vez que uma nova norma é evidente, esta se torna socialmente mais aceitável e, possivelmente, até mesmo uma fonte de prazer, ao invés de se tornar uma fonte de infelicidade interna ou tensões intergeracionais. Por outro lado, o fator de conforto pode dificultar as políticas sociais (tais como os abonos de família, benefícios de pensão baseado no estado civil, etc.) ou desestimular o casamento ou gravidez, questão problemática para os países em que a diminuição da fecundidade representa um grande desafio.

Em países como a Itália, durante os últimos anos da década de 90, a transição para a vida adulta experimentou profundas mudanças socioeconômicas e culturais, sofrendo um processo de desconexão da idade com os jovens saindo de casa com uma idade cada vez mais elevada. Estudiosos do assunto (Santarelli e Cottone, 2009) avaliam que, mesmo depois de sair de casa, eles costumam viver perto de seus pais e receber um forte apoio (material e afetivo) devido aos fortes laços intergeracionais. Uma outra explicação seria que o sistema de bem estar italiano vigente não encoraja a autonomia e, por conseguinte, a formar seus próprios núcleos familiares. O tempo prolongado despendido na educação e na procura de um emprego estável implica em um aumento da idade da entrada na força de trabalho o que, em parte, pode explicar o fenômeno. Outros eventos também relativos ao retardo dos jovens em deixar a casa dos pais na Itália foram as evidências trazidas pelos registros referentes a primeira união e primeiro filho: a idade média no primeiro casamento de homens e mulheres aumentou entre 1994 e 2002 de 26,5 para 27,6 no caso das mulheres e de 29,3 para 30,5 para os homens. Além disso, verificou-se uma tendência clara e crescente para adiar nascimentos: a idade média das mulheres no parto foi de 28,5 anos em 1996 e 30,9 em 2005.

No Brasil, estudo realizado sobre o tema foi realizado por Nascimento (2008) com base nos cinco eventos clássicos de transição para a vida adulta apontados por Modell, Furstenberg Jr. e Hershberg (1976), a saber: a saída da escola, entrada na força de trabalho, saída da família de origem e estabelecimento de uma família. O levantamento realizado pelo autor sobre os processos de transição em diferentes países mostra algumas características comuns observáveis, tais como: (i) diferenciação por gênero no processo; (ii) idade cada vez mais elevada de saída do filhos da casa paterna desde os anos 60/70; (iii) permanência maior dos filhos associada também a maior expectativa de vida dos pais; (iv) filhos residentes em domicílios com situações socioeconômicas mais favoráveis saem de casa mais tarde; (v) mulheres mais jovens deixam a casa paterna mais cedo que os homens jovens; (vi) jovens rurais saem da escola e começam a trabalhar mais cedo que aqueles nas áreas urbanas; (vii) mulheres tornam-se cônjuges em idades mais precoces que os homens, principalmente nas áreas rurais; (viii) mulheres com maior nível educacional têm o primeiro filho numa idade posterior às mulheres com menor nível; (ix) dissociação entre exercício da sexualidade e matrimônio; e (x) de um modo geral, entre os homens, a transição é delimitada por eventos ligados ao mercado de trabalho e entre as mulheres a vida adulta ainda é marcada pelo casamento e pela maternidade.

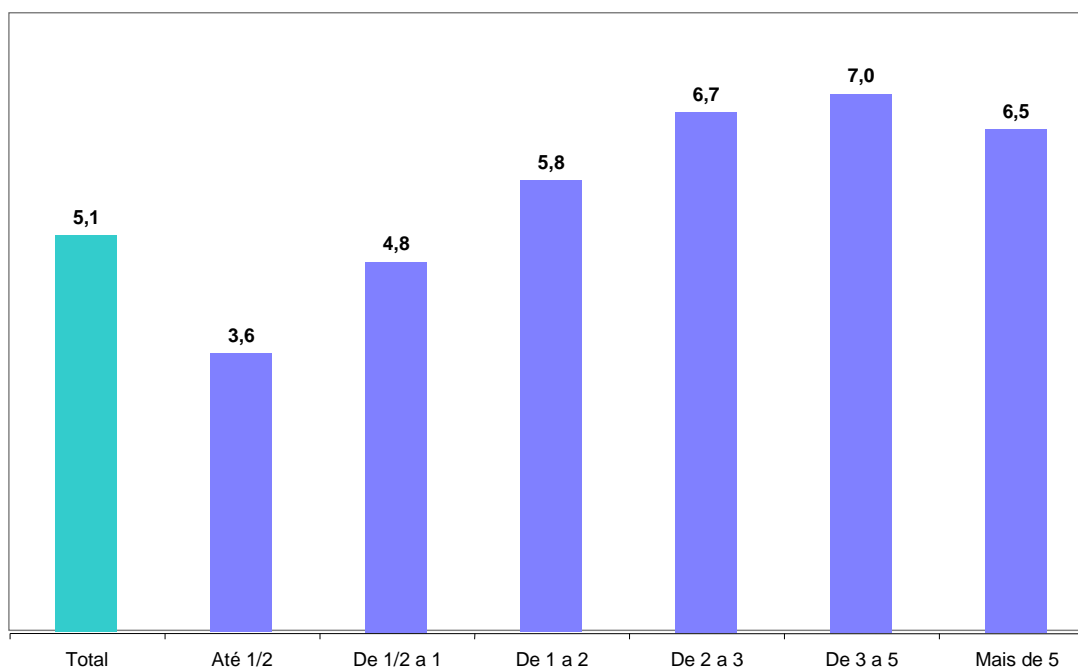
Nesse contexto, o presente artigo busca traçar o perfil desse grupo de jovens, considerado aqui como aqueles entre 25 e 34 anos que vivem na condição de filhos no domicílio. A maioria dos estudos analisados nas áreas de psicologia e sociologia basearam suas argumentações e conclusões em estudos qualitativos de acompanhamento de reduzido número de famílias com filhos adultos jovens ainda residentes com os pais. Na ausência de dados quantitativos específicos sobre o tema ou pesquisas de painel sobre ciclos de vida no Brasil, utilizaremos a PNAD 2008 com o objetivo de tentar avaliar esse fenômeno numa escala maior, nacional, que permita um breve panorama sobre o fenômeno no Brasil. Como não há na PNAD (e em nenhuma outra pesquisa domiciliar de abrangência nacional) a investigação específica sobre os motivos pelos quais os jovens optam por não sair da casa dos pais, abordaremos a questão por meio de uma *proxy* do conceito original, enfatizando o perfil daqueles com maiores rendimentos e escolaridade (e que, a princípio, teriam condições de seguirem suas vidas fora da casa dos pais).

2. Perfil sócio-demográfico dos jovens de 25 a 34 anos na condição de filhos no domicílio

O sub-grupo etário de jovens de 25 a 34 anos representava, em 2008, 16% da população brasileira, perfazendo um total de 30,8 milhões de pessoas, a maioria (86%) residindo nas áreas urbanas. É também a partir desse grupo que as mulheres passam a ser maioria (51,4%), proporção esta que aumenta progressivamente até atingir 58% entre os mais idosos (70 anos ou mais). Isso se deve às diferenças no padrão de mortalidade por sexo, causadas fundamentalmente pela maior incidência de mortes violentas entre os jovens do sexo masculino. Além disso, pode-se dizer que o universo em análise representa cerca de 5% do total estimado da população brasileira em 2008.

Sob a ótica domiciliar, 40% dos domicílios particulares permanentes tinham moradores de 25 a 34 anos em 2008, a maioria (27%) com um único morador nessa faixa etária. A distribuição das famílias por classes de rendimento familiar per capita (RFPC) revela que naquelas de rendimento superior, a presença de filhos adultos jovens é mais significativa. Nas famílias com RFPC superior a 2 salários mínimos, cerca de 7% delas tinham filhos de 25 a 34 anos residentes. Já naquelas com até ½ salário mínimo de RFPC, o peso relativo dos filhos é a metade do observado para as famílias em situação financeira mais favorável (Gráfico 1).

Gráfico 1
Participação relativa de filhos de 25 a 34 anos de idade nos domicílios, por classes de rendimento familiar per capita em salários mínimos – Brasil - 2008



Fonte: PNAD, 2008 (microdados)

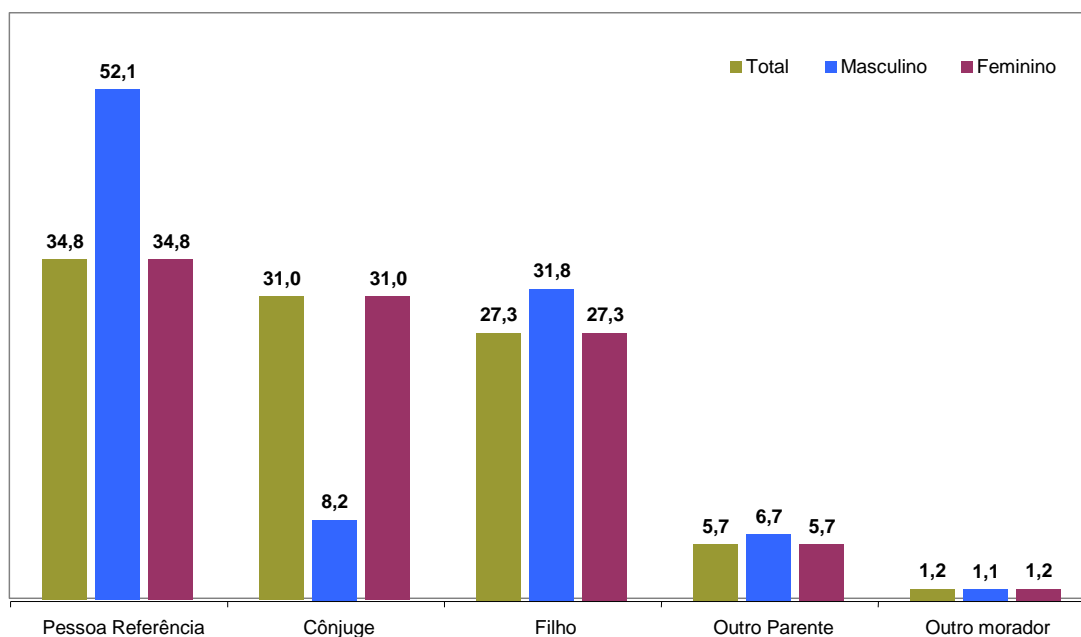
Analisando-se a composição domiciliar desses domicílios com jovens, observa-se uma proporcionalidade entre os jovens nas condições de pessoa de referência, cônjuge e filho (35% ,

31% e 27%, respectivamente). Todavia os padrões são muito distintos por sexo: enquanto 52% dos jovens masculinos são pessoas de referência de seus domicílios, essa proporção cai 18,4% para as jovens. Analogamente, o peso relativo de mulheres cônjuges é bem maior que homens cônjuges, o que mostra que, mesmo para casais jovens, ainda prevalece o padrão do homem sendo indicado como o responsável pelo domicílio (Gráfico 2).

Ressalta-se ainda que do total de quase 11 milhões de domicílios com pessoa de referência entre 24 e 35 anos, 937 mil (9%) eram arranjos do tipo unipessoal (único morador), proporção esta que é ligeiramente inferior à média dos domicílios unipessoais no Brasil. Mais uma vez, a distribuição desses domicílios por sexo mostra uma prevalência masculina nesse tipo de arranjo (2/3 dos domicílios unipessoais com jovens homens).

Mas, para fins desse artigo, nos interessa particularmente os jovens na condição de filho no domicílio. Em 2008, eram 8,4 milhões na referida faixa etária, sendo 4,7 milhões homens e 3,6 milhões mulheres. Em suma, pelas informações do Gráfico 2, podemos dizer que no âmbito dos arranjos domiciliares, os jovens do sexo masculino ou saem de casa e tornam-se as pessoas de referência do seu próprio domicílio ou permanecem na casa dos pais. No caso das jovens, a condição de cônjuge possui uma participação significativa, similar às condições de filho e pessoa de referência.

Gráfico 2
Distribuição percentual da população de 25 a 34 anos de idade, por sexo e condição domiciliar – Brasil - 2008



Fonte: PNAD, 2008 (microdados)

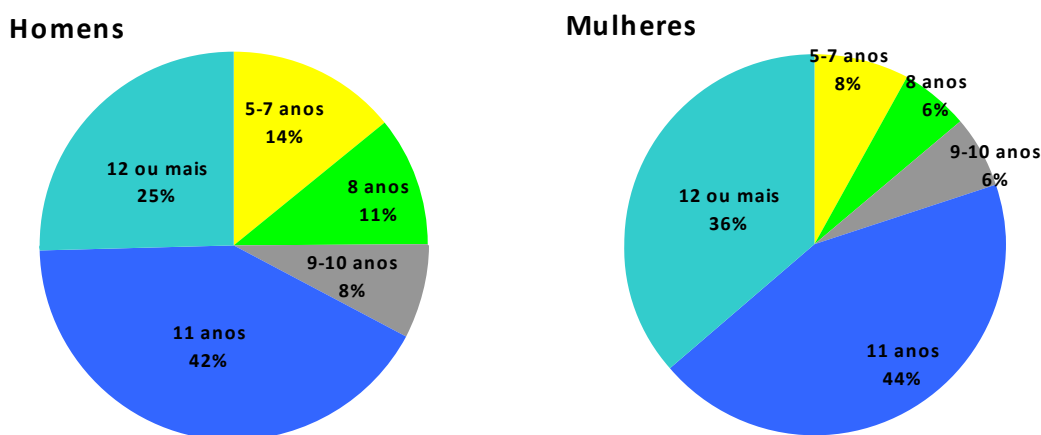
Do total de filhas adultas jovens, 1,2 milhão (35%) já tiveram algum filho nascido vivo, sendo que para cerca de 700 mil (20%) os filhos moravam no mesmo domicílio que os pais, formando o que usualmente o IBGE denomina de família convivente. De fato, do total de mais

de 30 milhões de jovens analisados nesse estudo, cerca de 1,7 milhão viviam em famílias conviventes, a maioria como pessoas de referência dessa segunda família, em geral formada por filhas e respectivos filhos (ou netos da pessoa de referência do domicílio). Isso é outro fenômeno social que diz respeito tanto às mães solteiras quanto ao maior número de separações e divórcios, trazendo as filhas com filhos pequenos de volta ao núcleo familiar original.

Em termos de escolaridade, 30% tinham 12 anos ou mais de estudo, ou seja, cursaram pelo menos o primeiro ano de um curso superior (43% concluíram ensino médio). Tais proporções aumentam significativamente com a renda, como seria de se esperar. Para os jovens ocupados com mais de 5 salários mínimos de rendimento de todos os trabalhos, mais de 70% cursaram pelo menos uma série do ensino superior (397 mil jovens). As filhas mulheres são, no entanto, mais escolarizadas que os filhos homens: 36% tinham 12 anos ou mais de estudo, 11 pontos percentuais a mais que os homens (Gráficos 3 e 4).

Cerca de 15% ainda estudavam, a maioria (64%) em cursos superiores de graduação e cerca de 6% cursavam mestrado ou doutorado (65 mil jovens). O percentual de estudantes no nosso universo é superior à média encontrada para os jovens de 25 a 34 anos em geral que, em 2008, era da ordem de 10%, assim como para aqueles que cursavam nível superior (54,6% na média nacional). A distribuição desses estudantes por classes de rendimento familiar per capita mostra-se bastante diferenciada: nas famílias com melhor situação financeira, são expressivas as frequências escolares em cursos superiores de graduação e mestrado ou doutorado (mais de 20% dos jovens nas famílias com RFPC superior a 5 salários mínimos cursavam pós-graduação), enquanto a frequência ao nível médio de ensino é bem mais significativa nas famílias com menores rendimentos (Tabela 1).

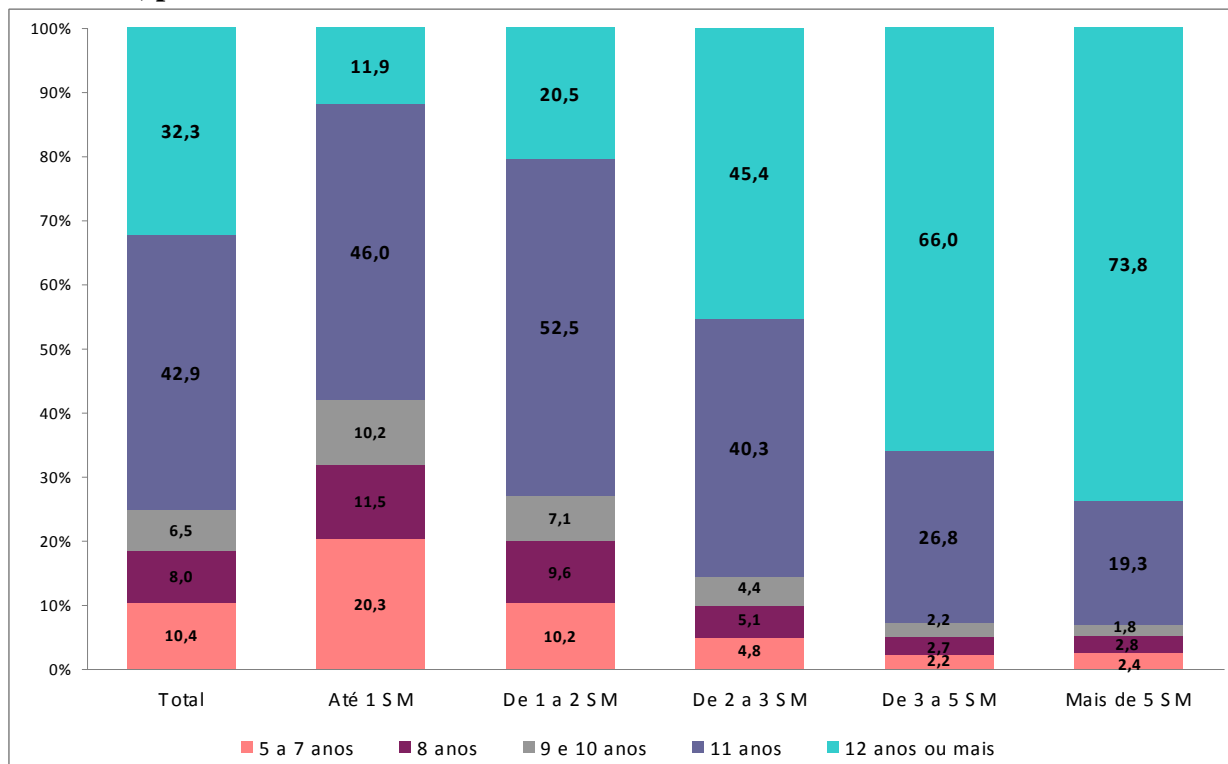
Gráfico 3
Distribuição percentual da população de 25 a 34 anos de idade, na condição de filhos no domicílio, por sexo e anos de estudo – Brasil – 2008



Fonte: PNAD, 2008

Gráfico 4

Distribuição percentual da população de 25 a 34 anos de idade, na condição de filhos no domicílio, por anos de estudo e classes de rendimento de todos os trabalhos – Brasil - 2008



Fonte: PNAD, 2008

Tabela 1

Distribuição percentual da população de 25 a 34 anos de idade, na condição de filhos no domicílio, por nível de ensino frequentado e classes de rendimento familiar per capita em salários mínimos – Brasil - 2008

Curso que Frequentada	Total	Classes de rendimento familiar per capita em salários mínimos					
		Até 1/2	Até 1	De 1 a 2	De 2 a 3	De 3 a 5	Mais de 5
Regular 1 Grau	6,7	19,8	12,8	4,8	1,0	0,3	0,0
Regular 2 Grau	13,3	34,0	23,2	11,5	4,5	0,7	1,0
Supletivo 1 Grau	3,7	12,9	5,5	2,3	0,9	0,4	0,0
Supletivo 2 Grau	4,0	8,4	6,7	3,4	2,9	0,7	0,0
Superior - de graduação	63,6	18,5	44,2	74,0	82,5	82,7	76,4
EJA	1,8	4,2	3,8	0,8	1,3	0,3	0,2
Pré-vestibular	1,4	2,1	2,7	0,9	0,4	1,5	0,7
Mestrado ou doutorado	5,6	0,1	1,1	2,2	6,4	13,3	21,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, 2008

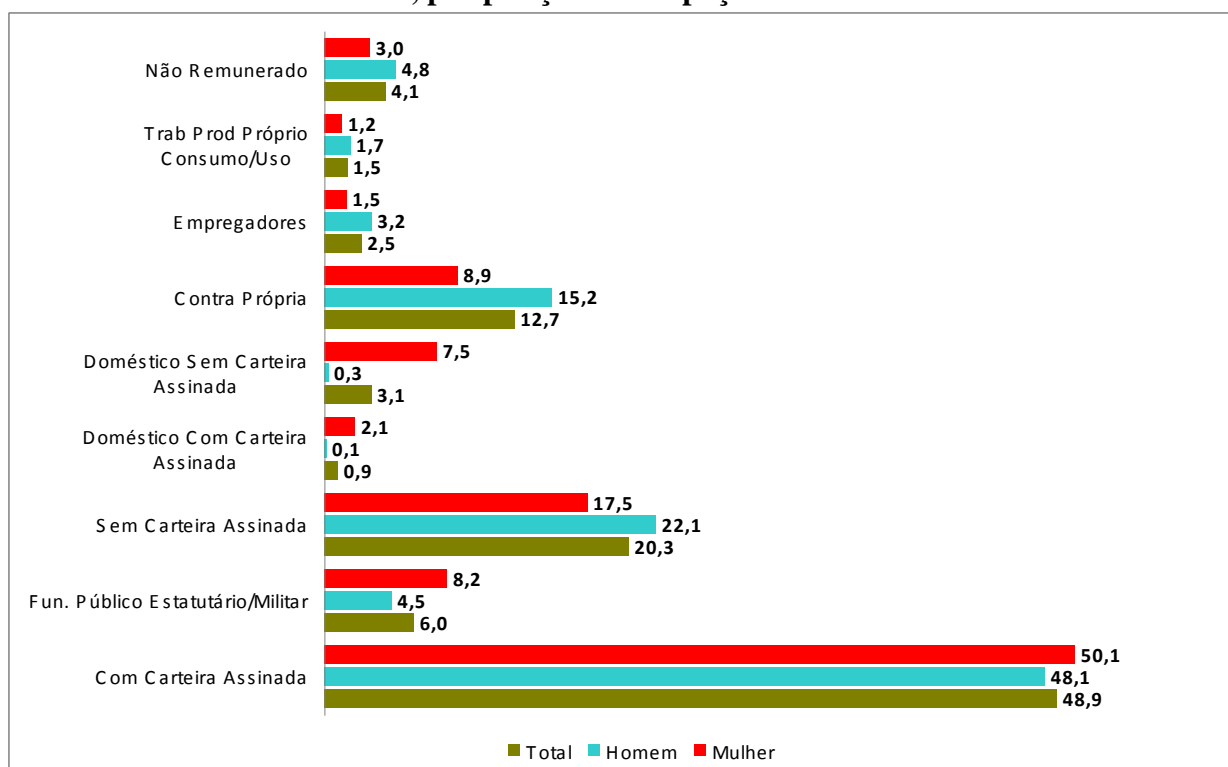
O nível de ocupação dos filhos adultos jovens do nosso universo, por sua vez, era de 77%, sendo 82% para os homens e 70% para as mulheres. Na análise para a média brasileira de

jovens na mesma faixa etária, o nível de ocupação era similar (80%), mas com percentual de ocupação menor para as mulheres (66%) e maior para os homens (90%). A maior participação das mulheres no mercado de trabalho enquanto residem com os pais pode ser explicada por fatores já anteriormente discutidos, como a realização de poupança e possibilidade de conciliação com trabalho e estudo e maternidade (no caso das mães solteiras), uma vez que contam com o apoio da infraestrutura domiciliar paterna. Por outro lado, a participação menor dos homens no mercado de trabalho pode estar indicando um maior investimento nos estudos.

O perfil de inserção no mercado de trabalho deste grupo etário é igualmente distinto na análise por sexo em relação às médias brasileira. Embora o trabalho com carteira assinada fosse o mais significativo tanto para aqueles na condição de filhos quanto para aqueles jovens em geral (quase a metade dos jovens nessa condição), para as mulheres filhas residentes com os pais esse percentual era de 50%, contra 39% da média das jovens no Brasil.

Porém, a informalidade da ocupação atingia ainda cerca de 20% desses jovens (empregados sem carteira), sendo ligeiramente superior para os homens, principalmente nos estratos inferiores de renda. Por outro lado, a ocupação como funcionário público estatutário/militar atingia 8% das jovens, o dobro em relação aos homens. A análise por classes de rendimento de todos os trabalhos desses jovens mostra que quanto maior a renda, decresce o percentual de trabalhadores sem carteira assinada e aumenta consideravelmente a proporção de funcionários públicos estatutários ou militares.

Gráfico 5
Distribuição percentual da população de 25 a 34 anos de idade, na condição de filhos no domicílio, por posição na ocupação – Brasil - 2008



Fonte: PNAD, 2008

Tabela 2
Distribuição percentual da população de 25 a 34 anos de idade, na condição de filhos no domicílio, por posição na ocupação e classes de rendimento de todos os trabalhos – Brasil - 2008

Posição na ocupação	Total	Classes de rendimento mensal de todos os trabalhos em salário mínimos				
		Até 1	De 1 a 2	De 2 a 3	De 3 a 5	Mais de 5
Com Carteira Assinada	48,9	21,3	64,4	66,6	57,9	46,3
Fun. Público Estatutário/Militar	6,0	2,4	5,1	7,4	12,8	16,2
Sem Carteira Assinada	20,4	31,2	18,6	11,9	10,3	10,0
Doméstico Com Carteira Assinada	0,9	1,6	1,0	0,2	0,0	0,0
Doméstico Sem Carteira Assinada	3,2	8,7	0,9	0,2	0,0	0,0
Contra Própria	12,5	16,8	8,9	10,7	13,3	13,9
Empregadores	2,4	0,4	1,1	2,9	5,8	13,6
Trab Prod Próprio Consumo/Us	1,6	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Não Remunerado	4,2	12,8	0,0	0,1	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, 2008

3. Conclusões

Conforme afirma Nascimento (2008), “[nas décadas de 60 e 70], o sonho era conquistar seu espaço, morar sozinho e assumir a responsabilidade da vida adulta. Portanto, sair de casa acabou, para os jovens daquela época, virando sinônimo de liberdade, mesmo que para isso tivessem que trocar o conforto e o aconchego familiar por uma república de estudantes ou compartilhar um apartamento com amigos”. Com a mudança do processo produtivo nas sociedades contemporâneas, esse comportamento foi sendo substituído por um prolongamento da adolescência num tempo histórico muito curto, muitas vezes no espaço de uma única geração.

De um certo prisma essa mudança de comportamento vai de encontro a uma série de transformações importantes ocorridas durante esse período, como os novos valores pelo movimento feminista, e especialmente, as mudanças nas relações de gênero, quando o esperado seria cada vez mais uma vontade de libertação dos laços parentais.

“O jovem adulto, diante do quadro de incertezas referente ao mundo do trabalho, das experiências afetivas e do mundo social, estaria optando por permanecer na casa paterna. (...) A geração canguru vem a ser um fenômeno possível em função da existência de uma bolsa ventral familiar. A revalorização do espaço da família nos dias atuais, contrastada com a depreciação por ele sofrida nas décadas de 1960 e 70, nos permite dizer que nas famílias do segmento social por nós estudado, o termo ‘refúgio’ tem a sua razão de ser”. (Henriques et al., 2004).

Essas evidências nos mostram que seria de grande importância para os estudos sobre os padrões de organização familiar na sociedade brasileira a incorporação nas pesquisas domiciliares do IBGE uma investigação mais detalhada sobre esse fenômeno, a partir da inclusão de perguntas sobre os motivos que levam os jovens acima de 25 anos a permanecerem residindo

com os pais, como aqueles apontados nos levantamentos internacionais que já são consolidados através de pesquisas como a que propomos.

REFERÊNCIAS

CAZARINO, Ricardo (2009). **Geração Canguru**. Disponível em:

<http://palavrassemfronteiras.blogspot.com/2009/02/na-decada-de-70-no-auge-da-luta-dos.html> (Acesso em 05/04/2010).

HENRIQUES, C. ET AL (2004). A “Geração Canguru”: algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar. *In: Revista PSICO*, v.35-2, p.195-205. Disponível em:

http://www.bernardojablonski.com/pdfs/producao/geracao_canguru.pdf (Acesso em 05/04/2010)

NASCIMENTO, A. M. (2008). **Aspectos da transição para a vida adulta no Brasil, dos filhos adultos que residem com os pais, segundo a Pesquisa sobre Padrões de Vida 1996-1997**.

Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

NEWMAN, Katerine e APTEKAR, Sofya (2006). *Sticking Around: Delayed Departure from the Parental Nest in Western Europe*, Princeton University. Disponível em:

<http://www.transad.pop.upenn.edu/downloads/Newman-final%204.19.06.pdf> (Acesso em 29/03/2010)

RAMON, Jander (2008). **Geração Canguru**. Disponível em:

<http://www.gtpos.org.br/index.asp?Fuseaction=Informacoes&ParentId=511&area=4&pub=339> (Acesso em 05/04/2010).

SANTARELLI, Elizabeth e COTTONE, Francesco (2009). Leaving home, family support and intergenerational ties in Italy: Some regional differences. *In: Demographic Research* volume 21, article 1 pages 1-22 (July 2009). Disponível em:

<http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol21/1/> DOI: 10.4054/DemRes.2009.21.1 (Acesso em 01/04/2010).